

Técnicos apontam ilegalidade

BRASÍLIA — Técnicos da equipe econômica do Governo — que se reuniram ontem para avaliar o parecer do Relator da Comissão do Orçamento, Senador Almir Gabriel (PMDB-PA) — reiteraram que são inconstitucionais vários cortes que os parlamentares pretendem fazer no Orçamento que está sendo discutido no Congresso.

Como exemplo citaram os cortes nas despesas com a equalização dos preços do açúcar (subsídio ao produtor nordestino); nas verbas do Funcafé; nos recursos para pagamento dos encargos financeiros da dívida; e nos resultados de balanço do Banco Central. Segundo eles, por lei, essas contas são vinculadas a compromissos que a União tem que honrar.

Além de apontarem erros de natureza constitucional, os assessores dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento ressaltaram que o Senador Almir

Gabriel assumiu uma atitude revanchista ao incluir nos cortes a verba de CZ\$ 30 bilhões prevista para o Ministério da Fazenda.

Segundo eles, os recursos estão comprometidos com os programas de informatização da Secretaria da Receita Federal para combater a sonegação de impostos; e também para a aquisição de novos equipamentos para o Serpro com o objetivo de centralizar a folha de pessoal da União numa conta única, como forma de se controlar melhor os aumentos salariais. A verba também vai ser usada na ampliação do caixa único do Tesouro, em fase de implantação, na Secretaria do Tesouro.

Conforme a avaliação técnica, o Presidente José Sarney não pode vetar parcialmente o Orçamento para corrigir distorções. Se o veto for feito, e isso está sendo considerado pela equipe econômica, precisa ser integral.